

**CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA CLASSE
INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR
DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU-RJ****PROCURADOR DO MUNICÍPIO****SUA PROVA**

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este Caderno de Questões com rascunho.
- Um Caderno de Texto Definitivo.

**TEMPO**

- **05h** (cinco horas) é o tempo disponível para a realização da prova.
- O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas gerais e específicas, após **120** (cento e vinte) minutos do horário de início das provas, podendo levar consigo o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo IDECAN;
- portar arma, ainda que possua o respectivo porte;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de texto definitivo.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do Caderno de Texto Definitivo por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o Caderno de Texto Definitivo, sendo este o único documento válido para a correção da prova. A transcrição das respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no Caderno de Questões e no próprio Caderno de Texto Definitivo.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o Caderno de Texto Definitivo, devidamente assinado, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Em processo administrativo de licitação regido pela Lei nº 14.133/21, na modalidade pregão, o licitante que apresentou a proposta mais vantajosa (20% mais econômica que a do segundo colocado) não incluiu nos documentos de habilitação certidão de regularidade fiscal com o Município de Nova Laranja. Desatendeu, assim, a exigência legal e a previsão do próprio edital. Entretanto, após consultar o sistema, a pregoeira constatou que o licitante estava regular com o Fisco Municipal. Em dúvida sobre qual posição adotar e antes de proferir a decisão sobre a habilitação do primeiro colocado, a pregoeira resolve encaminhar consulta sobre o tema. Como Procurador(a) do Município, emita opinamento fundamentado com vistas a orientar a decisão da pregoeira. (20 pontos)

2) Após realizada obra para construção de prédio público, o Município de Nova Laranja pretende vender para o proprietário do imóvel lindeiro pequena nesga de terreno remanescente da obra. A pequena faixa de terreno não teria utilização autônoma pelas regras municipais urbanísticas vigentes. O valor ofertado pelo vizinho foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), valor este muito acima do valor de mercado. Questionada a Procuradoria sobre a possibilidade de tal negócio jurídico, como você se manifestaria? (20 pontos)

3) Em 2022, o Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese em repercussão geral (Tema 917):

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, “a”, “c” e “e”, da Constituição Federal)”

Em face da tese fixada, surge dúvida no Poder Executivo sobre o cumprimento de lei municipal, de iniciativa parlamentar, que estabeleceu que todas as escolas da rede pública tenham mesas e cadeiras ortopédicas. Como Procurador(a), oriente o Gestor, à luz das normas de direito financeiro e de responsabilidade fiscal, sobre atos de ordenação de despesa pertinentes. (20 pontos)

4) Com o objetivo de modernizar a gestão de pessoas no âmbito municipal, o Prefeito pretende implementar algumas mudanças no regime jurídico vigente dos servidores. Assim, consulta previamente a Procuradoria do Município a respeito da juridicidade e, sendo o caso, solicita orientação quanto aos meios de implementação, à eficácia e ao alcance das seguintes medidas: (20 pontos)

(a) a reestruturação das carreiras de nível superior, com a transformação dos cargos de Administrador, Gestor Público, Controlador e Contador em cargos de *Técnico Superior de Gestão*, que passarão a compor carreira única.

(b) a extinção do adicional por tempo de serviço (quinquênio), previsto na Lei Orgânica do Município, percebido pelos servidores municipais desde 1990.

(c) a contratação de servidores temporários para as áreas de saúde e educação, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

5) Sentindo-se mal, D. Maria dos Santos procurou atendimento em uma UPA estadual, onde fez exames, foi medicada e liberada. Como continuou a passar mal dias depois, Maria procurou atendimento em um hospital municipal. Ali, foi diagnosticada com cardiopatia e submetida a procedimento cirúrgico. Após quinze dias de internação, teve alta. Passados seis meses, todavia, sofreu um infarto fulminante em casa e faleceu. A família - companheiro, pais e filhos, de 15 e 24 anos - propôs ação indenizatória em face do Estado e do Município pretendendo a condenação dos réus a lhes pagar dano moral de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pensão mensal vitalícia, auxílio funeral de R\$ 3.000,00 e atendimento psicológico. Como Procurador(a) Municipal, deduza os argumentos de defesa de mérito. (20 pontos)





